

**Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia,
Desenvolvimento e Sustentabilidade**



NEEDDS

Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade

Textos para Discussão

**O DESENVOLVIMENTO EM CONSTRUÇÃO: uma
reflexão epistemológica e propositiva a partir do
pensamento do Sul**

**Fernanda Graziella Cardoso; Muryatan Santana Barbosa; Cristina Fróes de
Borja Reis.**

São Paulo, maio de 2017

Textos para Discussão é uma publicação do Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS) da Universidade Federal do ABC.

Contato: needds@ufabc.edu.br

ISSN: 2525-4405

Comitê editorial: Arilson da Silva Favareto, Cristina Fróes de Borja Reis, Fernanda Graziella Cardoso, Giorgio Romano Schutte, Klaus Frey, Thiago Fonseca Morello Ramalho da Silva.

Edição: 005/2017

Autores: Fernanda Graziella Cardoso; Muryatan Santana Barbosa; Cristina Fróes de Borja Reis.

O desenvolvimento em construção: uma reflexão epistemológica e propositiva a partir do pensamento do Sul

Fernanda Graziella Cardoso

Muryatan Santana Barbosa

Cristina Fróes de Borja Reis

Introdução

O desenvolvimento trata-se de um conceito em construção e, provavelmente, assim sempre será, na medida em que estamos numa sociedade dinâmica, cujos valores, necessidades e prioridades tendem a continuar se alterando ao longo do tempo. Ao observar o evoluir das ideias relacionadas ao conceito de desenvolvimento, especialmente no pós Segunda Guerra Mundial, quando se estabelece a moderna Economia do Desenvolvimento (Arndt, 1987), nota-se que os debates a ele concernentes – bem como as definições e conceitos que dele emergem – estão intimamente relacionados com os problemas econômicos e/ou sociais que se mostraram, em determinados momentos, como os mais urgentes, a partir especialmente de uma perspectiva eurocêntrica. Assim foi com o crescimento econômico, a industrialização, a distribuição de renda e riqueza, a qualidade de vida e, mais recentemente, a sustentabilidade ambiental.

A corrente teórica da Economia do Desenvolvimento - que se forma fora do *mainstream* da teoria econômica - teve foco nos países subdesenvolvidos, e se converteu na base teórica das políticas desenvolvimentistas periféricas de meados do século XX. Porém, caracterizava-se eurocêntrica, já que a maioria de seus pioneiros de lá eram – como também balizaram o processo de desenvolvimento econômico no avanço das forças produtivas do centro. Não obstante, sempre houve vozes do Sul atentando para a necessidade de se pensar em desenvolvimento criticamente, abandonando o eurocentrismo e o economicismo, para então priorizar os valores de seus povos que lhes traria mais qualidade de vida, construindo relações mais equilibradas de poder e riqueza, melhorando inclusive as relações entre

sociedade e natureza. Ter-se ia como consequência, portanto, não apenas uma mudança de estratégia, mas principalmente uma alteração no que se entende por desenvolvimento.

Assim, este artigo tem como objetivo principal realizar a crítica epistemológica da evolução do conceito da Economia do Desenvolvimento à luz do pensamento do Sul, em especial, africano. Na primeira seção, apresentam-se as principais ideias da Economia do Desenvolvimento que fundamentaram as políticas desenvolvimentistas de meados do século XX, incluindo os latino-americanos Celso Furtado e Raúl Prebisch. A segunda apresenta parte do pensamento do Sul por meio das teorias alternativas do desenvolvimento (descolonização econômica, desenvolvimento endógeno, desconexão) que foram construídas por alguns intelectuais de destaque da África nas décadas de 1960 e 70. A terceira seção traz as considerações finais, analisando-se as ausências sociológicas e políticas da Economia do Desenvolvimento, e propondo uma visão crítica de desenvolvimento, construída no bojo da interdisciplinaridade.

1. O desenvolvimentismo clássico e sua estratégia industrialista

Uma série de autores, conhecidos como pioneiros do desenvolvimento, fundamentaram a base teórica do desenvolvimentismo calcado na estratégia industrialista. Esses autores, em sua maioria de origem anglo-saxã, formaram a moderna Economia do Desenvolvimento (Arndt, 1987). O desenvolvimentismo pode ser interpretado como uma ideologia e uma estratégia de acumulação predominantemente coordenada pelos Estados Nacionais, cujas diferentes trajetórias e vias de implementação dependem das dotações iniciais de fatores, da distribuição de renda, do tamanho da economia e de sua inserção geopolítica (Medeiros, 2013).

Com a emergência das modernas teorias econômicas no pós II Guerra Mundial, as teorias do crescimento e as teorias do desenvolvimento passaram a ser assimiladas à

problemática das nações desenvolvidas, no primeiro caso, e à problemática das nações subdesenvolvidas, no segundo caso. Implícita a essa distinção estaria uma perspectiva de que, se aprovadas na lição da Economia do Desenvolvimento, as ex-nações não desenvolvidas poderiam finalmente se valer da Teoria Econômica e de seus ótimos princípios, em sua forma mais tradicional. Tendo em vista a inadequação teórico-metodológica da abordagem econômica neoclássica para lidar com fenômenos complexos, como os processos relacionados ao desenvolvimento econômico (Cardoso, 2012), uma linha temática fora do núcleo do *mainstream* foi formada para discutir especificamente os casos de persistência de subdesenvolvimento, a seguir desvelada.

Sob a perspectiva do desenvolvimentismo clássico, havia uma tendência a se associar necessariamente desenvolvimento econômico com industrialização. A vulnerabilidade das nações primário-exportadoras durante a Grande Depressão e a II Guerra Mundial – tendo em mente principalmente a tese Singer-Prebisch, relativa à tendência de longo prazo de deterioração do valor dos bens primários vis-à-vis os bens manufaturados -, especialmente na América Latina, teria implicado o processo de industrialização como meio para a diversificação econômica na direção de atividades produtivas mais sofisticadas e com maior potencial de produtividade. Ou seja, como meio para: transformar a pauta importadora e a pauta exportadora dessas nações, com o intuito de diminuir sua vulnerabilidade – e, conseqüentemente, dependência – externa; e para incrementar o nível de renda e potencializar o mercado interno, permitindo um melhor aproveitamento do efeito multiplicador da renda e do emprego. Nesse sentido, a teoria do livre comércio passou a ser vista como indesejável no contexto dos países menos desenvolvidos, pois, ao invés de resolverem seus problemas relativos a estrangulamentos internos e externos, os intensificavam na medida em que a especialização em vantagens comparativas destinava à periferia uma matriz produtiva e comercial baseada nos bens intensivos no fator em que detinham dotação relativamente

abundante, qual seja, os recursos naturais.

Alternativa e invariavelmente, os pioneiros do desenvolvimento indicaram o caminho da industrialização para as nações periféricas como meio para escapar dessa especialização regressiva: por exemplo, Rosenstein-Rodan (1943) defendia a industrialização em bloco para o melhor aproveitamento das economias externas da industrialização; Hirschman (1958) identificou na indústria o maior potencial gerador de efeitos de encadeamento; Myrdal (1957) assimilou à indústria melhores condições para a geração de efeitos propulsores e, portanto, de transformação; Nurkse (1953) depositou na industrialização a esperança de se romper com o “círculo vicioso da pobreza”.

Para promover o financiamento da industrialização, requeria-se acumulação de capital fixo ou a captação de recursos externos. Conforme Cardoso, a ênfase na formação de capital estava ainda imbuída num amplo espectro ideológico, presente em quase toda a discussão a respeito de desenvolvimento econômico, de que o mesmo não poderia ser deixado a cabo das forças de mercado, mas sim, que deveria ser objeto de planejamento. Da identificação da necessidade de planejamento para o apontamento da importância da participação crucial do Estado nesse processo, como bem observa Arndt (1987), foi apenas um passo. E os fundamentos intelectuais para essa defesa da intervenção governamental também estavam presentes nos pioneiros do desenvolvimento, desde o artigo inaugural de Rosenstein-Rodan de 1943. Somada à necessidade de planejamento e derivada do argumento de “indústria nascente” de List, a adoção de políticas protecionistas constituiu um pilar da estratégia desenvolvimentista, que culminou com a estratégia de industrialização liderada pelo Estado baseada na substituição de importações, aplicada especialmente pelos latino-americanos no período 1950-1980 – note-se, em boa parte deles e por períodos significativos, sob regimes ditatoriais -, com destaque para o Brasil.

Assim, na periferia se observaram distintos padrões de desenvolvimento – tanto entre as regiões do globo como intra-regiões. Essa última distinção é importante porque a literatura muitas vezes apresenta uma diferenciação genérica – mas imprecisa - entre a via asiática e a via latina (e/ou africana, em alguns casos). Da mesma forma, também é imprópria a distinção entre as estratégias de industrialização por substituição de importações (supostamente, a via latina) e industrialização orientada para as exportações (supostamente, a via asiática). Todos os casos incluem substituição de importações e exportações de bens manufaturados, mas em graus diferentes. Uma grande gama de fatores, econômicos, políticos e sociais – internos e externos – explicam, o sucesso, por um lado, e o fracasso dos Estados Desenvolvimentistas (EDs), por outro. Mas é possível destacar alguns pontos, a partir essencialmente de Medeiros (2013). O maior êxito dos EDs esteve relacionado ao desempenho satisfatório das funções de coordenador e indutor dos investimentos privados através do planos de desenvolvimento via industrialização - muito apoiados em investimentos diretos, políticas de crédito, subsídios e compras nos setores estratégicos. Os regimes se baseavam em projetos hegemônicos apoiados em uma tecnocracia e uma burocracia com poder e ferramentas eficazes no que se refere à realização das metas de governo. Suas estratégias desenvolvimentistas centravam-se na promoção da grande empresa, nas quais se substanciou uma industrialização por imitação, derivada também dos processos de globalização produtiva e seus efeitos de deslocamento, e a formação de sistemas locais de inovação. O sucesso da industrialização por etapas dependeu, em todos os casos, de um regime macroeconômico em que a política fiscal e monetária se subordinava aos objetivos do crescimento econômico contando com câmbio competitivo e controle de capitais. Outras políticas desenvolvimentistas comuns foram a elevação do nível de educação da população, a proteção à indústria infante, a cooperação regional, o dinamismo local, o investimento público em infraestrutura etc.

Contudo, já nos anos sessenta, que foram denominados pelas Nações Unidas e pelo

governo estadunidense como a “década do desenvolvimento”, na América Latina já se multiplicavam os sinais de esgotamento e as críticas à estratégia da industrialização baseada na substituição de importações liderada pelo Estado desenvolvimentista (ED), tal como ressalva Fiori (1999). Na atmosfera dos intelectuais, iniciou-se um período de marcado pessimismo relativamente não somente à viabilidade dos projetos de industrialização e modernização, mas inclusive se seria possível que as economias atrasadas atingissem o desenvolvimento. Nesse contexto, emergiram as teorias da dependência que representaram um importante contraponto ao desenvolvimentismo clássico, apontando para o alcance limitado, em termos da superação do subdesenvolvimento, da estratégia industrialista.

Também nos anos 1960, especificamente em meados da década, de acordo com Arndt, teria ocorrido uma mudança profunda na opinião pública e acadêmica sobre os objetivos do desenvolvimento, incorporando o que pode ser chamado genericamente de objetivos sociais, tais como adequadas condições de saúde, educação e nutrição. E não se tratou apenas de acrescentar os objetivos sociais aos econômicos, mas inclusive de colocar em questão se determinados tipos de crescimento, ao invés de resolver problemas políticos e sociais poderiam na verdade ocasioná-los. Nas décadas seguintes, a preocupação com a sustentabilidade ambiental se fortaleceu, colocando ainda mais em cheque o processo e até mesmo a desejabilidade do desenvolvimento.

Em boa medida, os pensadores de viés estruturalista – Prebisch, Furtado e Kalecki (KALECKI, 1954), por exemplo - já haviam se dado conta da não suficiência da estratégia industrialista para resolver os problemas profundamente arraigados no contexto do subdesenvolvimento. Problemas esses que tenderiam, inclusive, a implicar um esgotamento precoce da própria estratégia industrialista. Isso ocorreria porque, sem uma combinação com as chamadas reformas de base – agrária, tributária, política -, a industrialização na periferia tenderia a acentuar dois de seus principais problemas: a heterogeneidade estrutural e a

concentração de renda e riqueza. Conforme Prebisch (1963, p. 455), “[a] prova da robustez dinâmica de um sistema está em sua capacidade de imprimir velocidade ao ritmo de desenvolvimento e de melhorar progressivamente a distribuição de renda”. Porém, mesmo nesse caso o caminho ainda passava necessariamente pela industrialização, modelo de desenvolvimento importado do centro; e o viés analítico, apesar de ultrapassar a esfera produtiva, ainda estava concentrado no econômico, uma vez que o foco estava sobre uma variável específica, a renda. Como ressaltado por Sen (2000), a renda seria apenas um meio (embora, de veras importante) para incrementar as capacidades das pessoas e não uma garantia de melhoria em seus padrões de vida. E ainda, o desenvolvimento deveria ser, também, o aprofundamento da democracia.

Com a crise da década de 1980, o ensaio de desenvolvimento com o roteiro desenvolvimentista calcado no tripé industrialização, protecionismo e intervencionismo estatal, foi interrompido. Aproveitando-se também das críticas sociais e ambientais ao processo de desenvolvimento, o terreno foi preparado pelas nações centrais para a emergência de uma nova onda liberalizante, que sugerirá, em termos de estratégia de desenvolvimento, justamente o contrário da prática desenvolvimentista, à luz da visão econômica neoclássica: adequação à teoria das vantagens comparativas, livre comércio e Estado mínimo. Conforme observado por Chang (2002), o Consenso de Washington em 1989 implantará as bases para a versão moderna do *chute da escada* de List. Em diferentes graus de execução, esse foi realmente o projeto seguido até o início do século XXI, quando da ascensão de uma nova onda desenvolvimentista na periferia que, especialmente na América Latina, aproveitou-se do ciclo de valorização das commodities.

Só que, ainda sobre a crise dos EDs nos anos oitenta, deve-se atentar, primeiramente, para a importância das transformações da economia mundial, como a desregulação e a abertura financeira, a globalização produtiva e do capital, o fortalecimento de um padrão

monetário internacional apoiado no dólar sem lastro, a supremacia militar dos EUA e a derrocada da União Soviética, as inovações no campo da tecnologia da informação etc. Essas mudanças conformaram uma nova configuração internacional de poder e riqueza, centrada nos interesses do setor financeiro e dos rentistas, e resguardada por uma ideologia econômica neoliberal que a partir do centro preconizou para a periferia o receituário do Estado mínimo (Reis, 2010). Diante da crise de liquidez internacional daquela época, a inserção geopolítica diferenciada de certos países periféricos asiáticos contribuiu para a continuidade de seus modelos de desenvolvimento, o que não foi o caso dos países africanos e latinos – somente retomados a partir do novo ciclo de alta do preço das commodities, na primeira década do século XXI – até sua derrocada e nova crise.

A crise dos EDs na maioria das vezes esteve relacionada com o aumento do conflito entre os interesses da classe que o sustentava (ou recém empoderada) e o Estado e suas instituições (CHIBBER, 2004). Para se manter, o Estado deve ter capacidade institucional de administrar as dicotomias que se colocam entre o mesmo e as classes sociais, notavelmente, os grupos de maior influência quando do processo de alargamento de mercados e da capacidade produtiva. À medida que os interesses fortalecidos e/ou constituídos no curso da promoção da estratégia do ED se contrapuserem com os dos grupos tradicionais, a industrialização tornava-se cada vez mais forçada ou induzida pelo Estado, até que em um dado momento o modelo de crescimento não resistiria.

Mas, e a estratégia desenvolvimentista, em que medida ainda pode contribuir para o desenvolvimento no contexto atual? Buscando destoar da tendência teórica tradicional de discutir tais questões a partir da ótica eurocêntrica e economicista, na próxima seção, apresenta-se um olhar alternativo que emerge genuinamente a partir do Sul, justamente do continente que mais sofreu com os efeitos negativos da relação centro-periferia. É a partir principalmente desse olhar que voltaremos, na última seção, à reflexão da questão elencada.

2. Perspectiva do Sul: um olhar africano sobre a problemática do desenvolvimento

Durante a vigência da Era Colonial na África, consagrada após a Conferência de Berlim (1884-85), o problema do desenvolvimento das colônias se colocava de forma ambígua. Neste período, a essência do colonialismo era transformar as sociedades africanas em enclaves de exportação de matérias-primas tropicais e minerais, que interessavam as Metrôpoles. Para isto, necessitava-se de duas coisas. Em primeiro lugar, investir no setor de transporte (ferrovias, estradas, portos) e telecomunicações (telégrafos, telefones). Secundariamente, garantir a força de trabalho sem a qual nenhuma atividade econômica seria possível. Assim instituíram-se diversas formas de controle e exploração do trabalho, que são comumente chamadas de “trabalho voluntário”, mas que de fato eram formas de escravização (CAHEN, 2012).

Pensar em desenvolvimento econômico neste contexto significava, portanto, o bom (ou mau) funcionamento deste sistema de exploração, que estava baseado no racismo, na violência e na periferização estrutural das sociedades africanas.

Isto não se alterou significativamente durante o período colonial na África. Alguns países semi-coloniais, como Egito, África do Sul e Libéria, conseguiram avançar nesta direção, ainda que timidamente. Em outros casos excepcionais, como Rodésia do Sul, Congo Belga e Argélia, em que existia uma população branca mais numerosa, algumas indústrias fabris também foram introduzidas no Entre-Guerras. Em particular, após a crise 1929, quando se desenvolveu um processo de substituição de importações coordenado pelas Metrôpoles (Kipré, 2010: 430).

Apesar de seu caráter efêmero, esta industrialização germinal permitiu a formação de uma nascente classe operária africana. E, em algumas colônias, até de sindicatos. Foi também

neste período, do Entre-Guerras, que se vê surgir a primeira geração de intelectuais africanos ocidentalizados, que será tão importante para os movimentos de independência do pós-II Guerra Mundial. É a partir desta geração que se pode falar de um “pensamento africano” (ou seja, de intelectuais africanos) em matéria de teoria econômica.

Salvo melhor juízo, ainda está por se fazer uma história intelectual mais pormenorizada desta vertente. Mas os traços gerais parecem hoje mais claros. Ao que parece, os primeiros ensaios nesta direção só foram publicados na década de 1950, poucos anos antes das independências nacionais africanas. A ideia geral então corrente é que, num primeiro momento, dever-se-ia unir os interesses do setor público e privado na formação de uma nação industrializada, em que o Estado teria forte participação na economia. Este o projeto da “descolonização”, que significava quase o mesmo em todas as partes da África, implicando: a) centralização do poder no Estado, com partido único e intervenção na economia; b) modernização do setor agroexportador (e mineral); c) industrialização (Amin, 2006: 240).

Tal receita não era absurda. E, de fato, ele trouxe resultados razoáveis para a maior parte dos países africanos na época de expansão da economia mundial, entre 1945-73. A questão era o espaço que cada um destes setores deveria ter, e qual o papel que as antigas metrópoles poderiam aí ocupar. Muitas das graves crises políticas que afetaram os governos africanos na década de 1960 decorriam de posicionamentos sobre este assunto, em particular.

Neste contexto, conforme Barbosa (2015), talvez o primeiro autor de relevo a colocar uma ideia original sobre a temática foi o conhecido pensador multidisciplinar (físico, historiador, linguista, egiptólogo) Cheikh Anta Diop. Dentro do ideal pan-africanista da época (libertação, integração, solidariedade e personalidade africana), Diop (1956) defendeu que uma visão pan-africanista da economia deveria seguir necessariamente o ideal continentalista, pós-nacional, que lhe era inerente. Isto porque só com um planejamento de tal envergadura é que poderia formar um desenvolvimento econômico, industrial, adequado às características

naturais (em particular, energéticas) e as necessidades das populações locais. Algo que, para ele, só poderia surgir da unidade africana, pois tal projeto não estava ao alcance de nenhuma nação africana em particular.

Outro pensador de relevo da época a colocar original acerca desta temática do desenvolvimento foi o economista senegalês Mamadou Dia, um dos primeiros autores (em paralelo com A. Emmanuel, autor de *A troca desigual*, 1962) a mostrar que o comércio internacional aumentava a polarização entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos à época, visto que, no médio e longo prazo, implicava a deterioração dos meios de troca dos segundos.¹ Para Dia (1954), esta seria a face econômica do “neocolonialismo”, termo corrente à época para se referir à contínua dominação metropolitana sobre as nações africanas, mesmo após a conquista das independências nacionais. Sua crença era que as economias nacionais africanas deveriam se recriar em busca de um “auto-desenvolvimento”, buscando o comércio Sul-Sul e a promoção de alternativas comunitárias. Algo que ele passou a ver como parte de um “Socialismo Africano”.

Não se trata apenas de embate teórico. Dia teve a oportunidade de colocar suas ideias em prática quando se tornou Primeiro Ministro do Senegal, logo após a independência nacional deste país, em 1960. Nos dois anos seguintes, defendeu uma postura ativa e combativa diante da França e seus correligionários locais, mas acabou perdendo e foi preso em 1962, sendo encarcerado entre 1963 e 1974. Outra experiência que merece destaque neste cenário foi a do Governo J. Nyerere (1962-85) na Tanzânia. Em especial, após a Declaração de Arusha, de 1967, com a proclamação da *Ujamaa* (“casa familiar” ou “irmandade”, em swahili). É impossível detalhar aqui toda a complexidade da história e das ideias deste projeto de grande envergadura e de longa duração, entre 1968 e 1985. Mas não resta dúvida que foi deveras importante para as ideias e teorias posteriores sobre as alternativas propriamente

¹ Ressalte-se aqui a semelhança com a conclusão da tese Singer-Prebisch.

africanas para o problema do desenvolvimento econômico e a melhora da qualidade de vida no continente

Sucintamente, a *Ujamaa* era um projeto que pretendia consolidar a vida comunitária e coletivista nas aldeias, em vez de buscar o caminho urbano-industrial. Sua proposta não era o desenvolvimento. Era a “autossuficiência”, enquanto caminho próprio para a autonomia e o socialismo africano. É importante dizer que a *Ujamaa* não era uma política excêntrica, reivindicada por um líder político isolado. Tratava-se de um projeto político que, além de ter trazido uma melhora na qualidade de vida dos tanzanianos, trazia abrigo à Organização da Unidade Africana (fundada em 1963) e a diversos movimentos de libertação africana ainda em luta por toda a África Austral (África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Rodésia do Norte e do Sul).

Por esta e outras razões, Nyereré e a *Ujamaa* contavam com o apoio crescente de intelectuais de várias partes da África e de fora da África durante a década de 1970. Em particular, em torno da Universidade Dar-es-Salam, que se tornou o núcleo de uma rede internacional de intelectuais progressistas de renome, como Walter Rodney, Norman Girvan, C. L. R. James, Stokely Carmichael, Andrew Gunder Frank, Immanuel Wallerstein, Claude Ake, John Iliffe, Mahmood Mamdani, Samir Amin, Issa Shivji, J. Rweyemamu, D. Nabudere e Giovanni Arrighi. É neste ambiente, marcado pela vida e morte da *Ujamaa*, que foram gestadas (ou retomadas) as novas teorias do desenvolvimento africano. Aí, portanto, já em diálogo constante com as teorias críticas do desenvolvimento da época, como a do capitalismo monopolista (P. Sweezy, P. Baran), teoria da dependência (F. H. Cardoso, A. Gunder Frank, E. Faletto, A. Quijano, T. dos Santos, R. M. Marini, V. Bamberger etc), da troca desigual (A. Emmanuel), do subdesenvolvimento (R. Prebisch, C. Furtado), do marxismo (em particular, trotskista e maoísta) e, em especial, do pan-africanismo radical (F. Fanon, K. N’Kumah, A. Cabral) (Déves-Valdes, 2008:176).

Um dos autores de maior relevo neste contexto (e ainda hoje) para o pensamento social africano foi o conhecido economista egípcio Samir Amin. No livro *Acumulação em escala mundial* (1970), Amin já colocou as premissas de sua reconstrução do materialismo histórico, que continua a dar frutos. Ao observar o capitalismo realmente existente, ele buscou demonstrar que a polarização centro-periferia era uma dinâmica inerente à acumulação de capital ali presente, em escala mundial. Em livros subsequentes (*O desenvolvimento desigual e a lei do valor*, 1973; *O imperialismo e o desenvolvimento desigual*, 1976; *A lei do valor e o materialismo histórico*, 1977), esta tese da polarização foi reforçada por uma análise do caráter mundial da lei do valor (Amin, 1994: 69). Focando-se nas periferias do sistema, o autor buscou as consequências políticas de tais investigações (*O futuro do maoísmo*, 1983; *Classe e Nação*, 1980, etc). Argumentou então que a tal polarização mundial, estruturalmente, tenderia a relegar tais nações periféricas a se perpetuarem com tais, por conta do caráter “comprador” de suas burguesias locais. Mas tal situação seria condicionante, e não determinante. Neste sentido, para ele, é que se deveria entender os diversos projetos de desenvolvimento nacional nas periferias ao longo do século XX, coordenados por uma incipiente burguesia nacional. Em particular, no período de expansão da economia mundial, entre 1945-73, quando a crença no *catch up* tornou-se universal. No entanto, diz o autor, tais projetos burgueses – desenvolvimentismo, populismo, Bandung - estariam cedo ou tarde fadados ao fracasso, na medida em que não representariam o real interesse das classes subalternas. Isto só poderia ser garantido por uma opção nacional-popular que concretizasse uma desconexão contínua e de longa duração do sistema internacional, visando o auto-centramento e a democracia social.

A posição de Amin continua a ser bastante influente. E na África não é diferente. Mas vale destacar duas outras teorias críticas do desenvolvimento/modernização, que ganharam projeção na intelectualidade africana neste mesmo período, pós-1970. A primeira delas é a do

“desenvolvimento endógeno”. A segunda é a da “descolonização econômica”. Para sintetizar o debate, vamos nos ater a apenas duas figuras tidas como representantes de tais teorias. Respectivamente, o historiador e educador do Burkina Faso, Joseph Ki-Zerbo (1922-2006), e o cientista político queniano, Ali Mazrui (1933-2014).

As teorias do “desenvolvimento endógeno” africano remontam a fins do século XIX. Foi neste período que alguns pioneiros do Pan-africanismo, geralmente emigrados caribenhos e estadunidenses na África, passaram a defender que, para se desenvolver, os africanos deveriam partir dos seus próprios recursos e tradições culturais, ao invés de copiar estratégias alheias à sua realidade. O maior entre estes foi o intelectual caribenho Edward Blyden, que morou por décadas na Libéria. Ele foi um dos primeiros intelectuais a dizer que as sociedades africanas tinham valores civilizatórios a serem celebrados, uma “personalidade africana”, cuja marca seria a importância que se daria em África a família, a vida coletiva e ao uso comum da terra e da água. Segundo Blyden, por este fato, dever-se-ia inclusive estabelecer um projeto para “africanizar” a África, aculturando as populações citadinas (nativas ou americanas) ao meio africano rural, interiorano. Para ele, este projeto de “africanização” seria uma etapa necessária para a formação de um Estado único na África Ocidental subsaariana (BARBOSA, 2015; DÉVES-VALDÉS, 2008).

Estas observações de Blyden não foram esquecidas na tradição pan-africanista. Na década de 1950, a ideia de uma “personalidade africana” voltou à cena, entendida como um caminho próprio de autodesenvolvimento, a partir das próprias tradições africanas. O “ubuntu” e “ujamaa” são referências locais deste debate maior.

Um dos intelectuais mais destacados do pós-guerra na África, o historiador Joseph Ki-Zerbo já refletia sobre esta questão desde os anos 1950. Dizia então que a “personalidade africana” não era uma tradição estática ou essencialista, mas uma dinâmica histórica, explicável pela realidade histórica e geográfica do continente. Segundo ele, por conta do

relativo isolamento, do atraso tecnológico e da tradição não codificada (oral), as populações africanas teriam formado uma vida social voltada para o coletivismo, a gerontocracia e a solidariedade. Ou seja, uma “personalidade” histórica, que possuiria tanto tendências positivas (anti-individualismo, fraternidade), quanto negativas (tendencialmente autoritárias). Ocorre que esta personalidade, diz o autor, estaria se perdendo diante da nova realidade africana, marcada pelos influxos externos. Em particular, os valores do individualismo e da acumulação de dinheiro. Haveria aí, portanto, uma contradição em potencial, especialmente para os jovens africanos. Visando superar tal situação, Ki-Zerbo aponta para a necessidade de formação de uma nova “personalidade africana”, que pudesse criar uma síntese original destas duas tendências em prol do desenvolvimento endógeno do continente. Algo que, para ele, teria que se articular dentro de uma visão pan-africana, ou seja, voltada para a unidade do continente (Ki-Zerbo, 1962).

Uma visão próxima a esta de Ki-Zerbo foi defendida de forma diferente por uma série de intelectuais e políticos africanos, como Amadou Hampaté Bâ, Boubou Hama, Basse Andah, Nnimmo Bassey e tantos outros. O que os une, para além de suas diferenças ideológicas e cronológicas, é sua desconfiança em tipos de conhecimento e propostas que ignorem as realidades históricas e culturais africanas. Evidentemente, quanto mais urbana e cosmopolita a África se torna mais este argumento tenderia a perder força. No entanto, para autores contemporâneos que seguem nesta linha de raciocínio, como Paul Houtundji, este fato não é intransponível, desde que os africanos, em geral, e os governos, em particular, busquem seguir uma conduta “mais africana”. Ou seja, procurando soluções africanas para os problemas africanos, nos mais variados campos da vida social.

A segunda corrente aqui citada - “descolonização econômica” -, só poderá ser tratada de forma sumária. Ele advém da constatação de que, apesar de todos os esforços em contrário,

as economias africanas continuavam reproduzindo, duas décadas após os anos 1960, o modelo agro-exportador que herdaram da experiência colonial. Portanto, que fazer?

Uma resposta possível é que o projeto da descolonização ainda não atingiu a África do ponto de vista econômico. Um dos autores que mais popularizou este argumento foi o polêmico cientista social queniano, Ali Mazrui. Para tal autor, a incapacidade das elites africanas em solucionar esta questão poderia ser explicada pela educação colonial, que continuaria a se reproduzir na África contemporânea. Isto porque, para ele, o colonialismo teria ali incentivado, na melhor das hipóteses, um tipo de educação humanística dissociada dos conhecimentos técnicos. Diz o autor que isto teria impulsionado, por exemplo, os movimentos de descolonização, assim como a práticas das artes, da literatura e da ciência social no continente. Mas teria, por outro lado, limitado a ação de tais elites na construção de alternativas econômicas e infraestruturais no continente (Mazrui, 2010).

Para Mazrui, seria preciso que a África se modernizasse neste sentido. Mas para que isto pudesse ocorrer seria necessária uma nova práxis descolonizadora, que fosse se concretizando em cinco processos inter-relacionados em todos os campos da vida social: a) indigenização, enquanto utilização de recursos próprios; b) domesticação, no sentido de adequar o que é externo ao interno; c) diversificação da dependência externa, na produção, nas técnicas, nas trocas etc; d) contrapenetração horizontal, com os demais países do Terceiro Mundo; e) contrapenetração vertical, do Sul em relação ao Norte. De acordo com o autor, portanto, não há resposta rápida e fácil para os dilemas africanos, inclusive na economia. Somente a prática destes processos descoloniais, de forma organizada e no longo prazo, poderia formar os contra-poderes necessários para que a África pudesse superar de forma sustentável sua condição de subalternidade estrutural (Mazrui, 2010: 93).

O gradualismo de Mazrui coincide, no essencial, com a posição clássica de vários líderes pan-africanistas que eram contrários ao pan-africanismo radical e continentalista de K.

N´Krumah. Os defensores deste gradualismo são hoje membros importantes de organizações como a União Africana. Para estes, só o estabelecimento de organizações econômicas intergovernamentais, setoriais ou multissetoriais, cuja missão consistia em promover a cooperação econômica e técnica no continente, poderia construir, no longo prazo, uma real descolonização econômica e unidade africana (Adedeji, 2010, p. 495).

As tendências apresentadas não aparecem de forma assim típica no pensamento social africano. As questões e abordagens na prática se inter cruzam. Um pan-africanista continentalista, como Diop ou N´Krumah, pode concordar com vários aspectos do pensamento dos demais, como Dia, Ki-Zerbo, Amin, Nyerere ou Mazrui, e vice-versa. O que os une, e por isto eles foram aqui destacados (assim como muitos outros) é que tais intelectuais/políticos nunca tiveram uma visão ingênua do que fosse o desenvolvimento africano. No sentido de que a sua existência poderia ser conquistada com a aplicação de fórmulas de técnicos ocidentais, como as teorias da modernização dos anos 1940 e 1950 supunham. Pelo contrário, buscaram sempre conceitos e práticas alternativas: “unidade africana”, “autodesenvolvimento”, “autossuficiência”, “socialismo africano”, “desconexão”, “desenvolvimento endógeno”, “descolonização econômica”. E se tais propostas não foram sequer tentadas (ou não foram realizadas a contento) isto não significa que elas fossem falhas ou utópicas. É uma decorrência das lutas políticas em jogo, como em qualquer outra parte do mundo.

3. Considerações finais: o desenvolvimento no século XXI - um olhar crítico sobre o desenvolvimentismo clássico

Sob a luz do pensamento africano, podem-se apontar as ausências sociológicas e políticas que a perspectiva tradicional da Teoria do Desenvolvimento, em boa medida eurocêntrica e economicista, traz para acirrar as exclusões de grupos sociais que são afinal a

maioria no mundo e, em especial, na periferia do Sistema Mundial. Pretende-se, assim, buscar uma interpretação crítica do desenvolvimento, a partir do esclarecimento de duas questões essenciais: como definir centro-periferia no século XXI? Em que medida as estratégias desenvolvimentistas ainda podem contribuir para o desenvolvimento?

Como definir centro-periferia no século XXI?

A generalização da produção industrial globalmente transformou a antiga dicotomia centro produtor de manufaturas / periferia produtora de recursos naturais de Prebisch ou de Dia – já que a periferia também produz e exporta manufaturas, e o centro também produz e exporta recursos naturais. Analogamente, não necessariamente a produção de manufaturas é intensiva em tecnologia e conhecimento, e a produção de recursos naturais não é; nem mesmo se pode afirmar que a primeira é de alto valor adicionado, e a outra, de baixo. Ou seja, a produção de recursos naturais pode ser de alto valor adicionado e intensiva em conhecimento e tecnologia, do mesmo modo que a de manufaturas pode ser de baixo valor adicionado e de pouco conteúdo tecnológico e de conhecimento.

Assim, desde o pós-guerra e, particularmente após os anos oitenta, de um lado permaneceu uma brutal desigualdade de renda entre os países. De outro, os padrões de comércio, produção e finanças sofreram profundas transformações, acompanhando as novas tendências gerenciais, administrativas das empresas e da internacionalização do capital – por um lado, e das relações geopolíticas – de outro. A progressiva fragmentação das cadeias produtivas das empresas transnacionais dos países avançados envolveu a transferência de uma série de atividades e tarefas, não somente estágios produtivos, para países em desenvolvimento. Por isso, da perspectiva da produção, a tradicional divisão entre periferia produtora de bens primários e o centro produtor de bens manufaturados não seria mais válida. O aprofundamento das cadeias de valor complicou a definição de papéis muito bem definidos na divisão internacional do trabalho, embora, como conclusão geral, possamos aqui indicar

que os países centrais tendem a concentrar as atividades mais sofisticadas das cadeias produtivas globais. Nesse sentido, como concluem Cardoso & Reis (2016), a divisão centro/periferia permanece, porém remodelada. Ainda há uma expressiva diferença de renda entre países ricos e os demais, que coincide com as diferenças no padrão complexidade das exportações – não mais a mera divisão manufaturas/ produtos primários, e coincide também com estruturas de emprego e produto mais concentrada em serviços e, finalmente, mas não menos importante, com os diferenciais de produtividade na agricultura. Mais além, a periferia é também marcada por uma enorme desigualdade interna de distribuição de renda e riqueza.

Em que medida as estratégias desenvolvimentistas ainda podem contribuir para o desenvolvimento?

Se formos nos guiar pelo caminho economicista do desenvolvimentismo, substituiríamos a estratégia industrialista por uma estratégia de sofisticação (*upgrade*) – termo preferido nos contemporâneos discursos e políticas industriais, de tecnologia e inovação – da produção, como apenas dito. Associadas desde os teóricos do protecionismo, passando pelo estruturalismo latino-americano e chegando até os novo-desenvolvimentistas, as críticas posteriores e a experiência histórica sugeriram que a relação entre industrialização e desenvolvimento não é tão linear. De um lado, ao se observar o perfil de padrão produtiva das nações, constata-se que aquelas com melhores índices de desenvolvimento são industrializadas. Raras exceções, alguns pequenos países elevaram o padrão de vida ao patamar das nações industrializadas, apoiando a industrialização de parceiros comerciais geralmente através de serviços financeiros. Por outro lado, a vasta maioria da população pobre mundial vive em áreas rurais subdesenvolvidas, de limitada dinâmica de crescimento – cujas atividades resumem-se à economia de subsistência, superexploração do trabalho e precárias relações mercantis. Entre os extremos, observam-se países em desenvolvimento com diferentes trajetórias de industrialização, cujas particularidades estruturais (como condições

iniciais de fatores e especialização produtiva, entre outros) e institucionais (direitos de propriedade, participação do Estado, regime macroeconômico, etc.) levaram-nos a atingir com maior ou menor sucesso a elevação da produtividade, dos salários, da renda da população, da qualidade de vida e a reduzir desigualdades, porém limitadamente.

Assim, na prática a sofisticação produtiva e comercial combinada com instituições de fomento poderia ensejar uma dinâmica que absorvesse o fator mais abundante, o trabalho, elevando a produtividade e a remuneração real do mesmo nos setores exportadores e não exportadores, propiciando afinal, redistribuição de renda. Contudo esse encadeamento não é natural, não se dá somente pelo mercado, e nem se garante pela intervenção estatal, já que é perpassada por conflitos e disputas sociológicas. O desenvolvimento e a distribuição dependem da mudança conjunta da estrutura e das instituições, transversalmente aos interesses internos e externos, políticos e econômicos – historicamente raramente comprovada no pós-guerra, a ponto de efetivamente levar um país periférico a um país central (talvez as únicas exceções sejam o Japão e a Coreia).

Por isso é preciso atentar, por um lado, para as lições históricas sobre o Estado no período desenvolvimentista, já que seu sucesso em termos de desenvolvimento e distribuição dependem de ao menos três considerações importantes tal como observa Pempel (1999). A primeira é a de que a correlação de forças na sociedade, em geral desigual e dominada por uma minoria de interesses de classe, culmina em uma composição política do aparato estatal que no desenvolvimentismo confere protagonismo considerável à sua burocracia e ao seu projeto político para o sucesso da estratégia nacional de desenvolvimento. A segunda consideração é a de que existem várias trajetórias possíveis de desenvolvimento, sendo que há mais opções de sofisticação do que somente as vias dependente ou modernizadora. Por fim, a terceira é a de que o desenvolvimento precisa enfrentar as forças do mercado e da geopolítica internacional.

Portanto, o Estado não se constitui em mera abstração, tal como parece nas formulações teóricas. Conforme afirma Fiori (1999), o problema do ED na formulação teórica do pós-guerra é que ora surgia como uma construção ideológica idealizada, ora era transformado pela teoria numa dedução lógica ou num simples ente epistemológico requerido pela estratégia de industrialização, sem que se analisassem a natureza das coalizões de poder sobre as quais se sustenta. Por isso, defende-se aqui a linha analítica gramsciniana em que o Estado faz parte de regimes complexos, que envolvem relações com e entre a sociedade e os interesses internos e externos. Os regimes são função das instituições de Estado, do conflito de poder entre os segmentos da sociedade (considerando, também, as pressões internacionais) e um viés particular de política econômica. As interações entre os setores sociais e as instituições estão apoiadas na mútua penetração entre Estado e sociedade, circundados por princípios aceitos de forma generalizada para organizar a economia e modelar a política econômica. Para ser sustentável, um regime precisa ter uma base de suporte apoiada em vários setores da sociedade, mas principalmente naqueles que detêm os recursos relevantes política e economicamente. Ademais, o Estado necessita definir claramente os problemas centrais e a agenda das políticas públicas, de forma a gerar benefícios para os setores que o apoiam (REIS, 2010). No longo prazo, a estratégia nacional do ED se sustenta à medida que tenha encaminhado um projeto de legitimidade e que logre a geração de bons resultados para a economia nacional como um todo e para a região continental, unida, integrada e federalizada para enfrentar os desafios do sistema capitalista interestatal do século XXI.

Como apresentado pelo pensamento africano, o desenvolvimento econômico no contexto de uma periferia historicamente constituída como enclaves de exportação e que passaram por processos de industrialização em diferentes graus significa desafiar o sistema de exploração assentado sobre o racismo, na violência e na periferização estrutural da sociedade. Para tanto, mais além de unir os interesses do setor público e privado na formação de uma

nação industrializada, em que o Estado teria forte participação na economia e promoveria sua modernização, as dificuldades seriam as crises políticas derivadas deste processo. Expandindo para o ideal pan-africanista (libertação, integração, solidariedade e personalidade africana), que em alguma medida lembra também a defesa da integração profunda proposta pelos estruturalistas da América Latina, uma visão regional deveria seguir necessariamente o ideal continentalista, pós-nacional, já que tal projeto não está ao alcance de nenhuma nação africana ou latino-americana em particular, nem mesmo o Brasil, dada à dominação hegemônica do sistema interestatal. Assim, do ponto de vista econômico as economias nacionais deveriam buscar o comércio Sul-Sul e, dando um passo além na direção da proposta de Dia, até mesmo promovendo paralelamente alternativas comunitárias (“Socialismo Africano”). Nesse sentido, um projeto político com condições e estilo material de vida como *Ujamaa* se apresentaria como um caminho alternativo ou e/ ou concomitante à urbanização industrial, na direção da “autossuficiência” comunitária rural.

Ou, mais radicalmente, restam também as propostas encaminhadas pelo pensamento de Amin, de “desenvolvimento endógeno” ou de “descolonização econômica”, já que projetos burgueses – desenvolvimentismo, populismo, Bandung - estariam cedo ou tarde fadados ao fracasso, na medida em que não representariam o real interesse das classes subalternas, e de fato nunca levaram à redistribuição significativa de renda na periferia. De toda forma, uma das grandes contribuições do pensamento africano sobre o desenvolvimento é justamente a consciência de que não deve ser um processo de aplicação de fórmulas e políticas econômicas de técnicos ocidentais. Ou seja, não deve vir de uma perspectiva eurocêntrica, ao contrário, buscando suas próprias vias (como visto com “unidade africana”, “autodesenvolvimento”, “autossuficiência”, “socialismo africano”, “desconexão”, “desenvolvimento endógeno”, “descolonização econômica”).

Logo, o pensamento africano a respeito da autonomia sobre as estratégias de

desenvolvimento reafirma a posição inicial deste texto de que o desenvolvimento é um conceito em construção; qualquer tentativa de aprisioná-lo em uma definição universal, atemporal e descolada de sua realidade história, social e cultural – perspectiva a partir da qual se derivam estratégias para seu alcance - pode afastá-lo, em essência, de sua própria finalidade.

REFERÊNCIAS

- ADEDEJI. Estratégias comparadas de descolonização econômica. In: MAZRUI, A. (Ed.). *A África desde 1935*. Coleção História Geral da África, v. III, 2010.
- AMIN, Samir. *Os desafios da mundialização*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- AMIN, Samir. *Re-reading the post war period*. Monthly Review Press, 1994.
- ARNDT, Heinz Wolfgang. *Economic Development - the History of an Idea*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- BARBOSA, Muryatan. “Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança esquecida”. In: *5º Encontro Nacional da ABRI*, Belo Horizonte, 2015.
- CAHEN, Michael. *Indigenato Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labour Law in Mozambique and the African Empire (1926–62)*. *Proceedings of the British Academy*, 149–171, The British Academy, 2012.
- CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. São Paulo: Tese de doutorado. FEA-USP, 2012.
- CARDOSO, Fernanda Graziella; REIS, Cristina Fróes de Borja. *A divisão centro e periferia no atual contexto das Cadeias Globais de Valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do Desenvolvimento*. In: *XXI Encontro Nacional de Economia Política*, São Bernardo do Campo, 2016.

- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHIBBER, Vivek. “Reviving the developmental state? The myth of the national bourgeoisie”. *Theory and Research in Comparative Social Analysis*, Paper 20, University of California Los Angeles, 2004.
- DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *O pensamento sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático*. São Paulo, CLACSO-EDUCAM, 2008.
- DIA, Mamadou. *Réflexions sur l'économie de l'Afrique noire*. Éditions africaines, ([1954], 1960).
- DIOP, Cheikh Anta. Alerte sous les tropiques. *Presence Africaine*, n. 5, dez. 1955 – jan. 1956.
- EMMANUEL, A. *A Troca Desigual*, v.1. Lisboa: Estampa, 1973.
- FIORI, José Luis. “De volta à questão da riqueza de algumas nações” em Fiori, J. L. (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FURTADO, Celso. *Brasil - a construção interrompida*, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. *The Strategy of Economic Development*, New Haven: Yale University Press, 1958.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Nova Fronteira, ed.2, ([1954] 1985).
- KI-ZERBO, Joseph. The negro-african personality. *Présence Africaine*, n. 41, vol. 13, 1962.
- MAZRUI, A. Conclusão. In: MAZRUI, A. (Ed.) *A África desde 1935*. Coleção História Geral da África, v. VIII, 2010.
- MEDEIROS, C. (2013) “Estratégias Nacionais de Desenvolvimento” in Bielschowiski (org.) *Padrões de Desenvolvimento econômico (1050-2008)*. Brasília: IPEA, volume 2.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos, ([1957] 1968).
- NURKSE, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*, Rio de

- Janeiro: Editora Civilização Brasileira, ([1953] 1957).
- PEMPEL, T. J. “The developmental regime in a changing world economy”. In Meredith Woo-Cumings (ed.) *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- PREBISCH, Raúl. “Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano” em Bielschowsky, Ricardo (org.), *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*, Rio de Janeiro: Record, vol. 1, ([1963] 2000).
- REIS, Cristina F. B. Observações Importantes Sobre o Estado Desenvolvimentista. *Boletim de Informações da FIPE*, n. 358, São Paulo, 2010.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul. “Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental” em Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (eds.), *A Economia do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, ([1943] 1969).
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.